

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº _____ /2010 (Do Sr. **Elismar Prado**)

Requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater a reativação da Telebrás no Brasil e os impactos para os consumidores com a possibilidade de reduzir o preço dos serviços de internet banda larga no País.

Senhor Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos regimentais e ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, do Ministério Público Federal, Procon's, Associação Brasileira de Defesa dos Consumidores e a Telebrasil (associação que reúne representantes do setor de telecomunicações), para debater a reativação da Telebrás no Brasil e os impactos para os consumidores com a possibilidade de reduzir o preço dos serviços de internet banda larga no País.

JUSTIFICATIVA

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o governo federal pretende reativar a Telebrás como parte da estrutura para o Plano Nacional de Banda Larga.

A intenção seria oferecer os serviços de internet banda larga com preços mais baratos a toda a sociedade tendo uma estatal operacionalizando uma política

de tarifa que forçaria a redução de preços das outras operadoras. A proposta é chegar a 2014 com 90 milhões de acessos à banda larga no País, 400% a mais de usuários que utilizam banda larga atualmente.

Segundo dados da ONU, o comprometimento da renda do consumidor no Brasil com a internet é de 9,60%, enquanto que na Dinamarca e no México, os índices não passam de 0,70% e 5,30%. Ou seja, a internet no Brasil tem um alto valor e uma conexão lenta, quando comparamos com outros países. Enquanto no Brasil, o custo mensal pode chegar a R\$ 109,90 para uma velocidade média de conexão de apenas 1 Mbps, no Japão por R\$ 0,50 a velocidade média oferecida é de 61Mbps.

Portanto, é preciso que o governo federal apresente alternativas para diminuir os valores, impedindo que os consumidores paguem tarifas abusivas pelos serviços rápidos de internet.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em ____ de março de 2010.

ELISMAR PRADO
Deputado Federal - PT/MG